

**ANA FLÁVIA BORGES PAULINO**

**CNJ:  
O REGULADOR  
DA ATIVIDADE  
JUDICIÁRIA**

**PREFÁCIO:  
MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2021

Copyright © 2021 by Ana Flávia Borges Paulino

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.

não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P328c

Paulino, Ana Flávia Borges

CNJ : o regulador da atividade judiciária / Ana Flávia Borges Paulino.

– Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.

132 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 107-121.

ISBN 978-65-5510-903-0

1. Conselho Nacional de Justiça (Brasil). 2. Poder judiciário – Brasil. 3. Poder regulamentar – Brasil. 4. Eficiência (Direito). 5. Direito constitucional – Brasil. I. Título.

CDD 347.81012

# Sumário

<b>Lista de Siglas e Abreviaturas.....</b>	<b>IX</b>
<b>Prefácio .....</b>	<b>1</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>1 Estado Regulador, seu Surgimento e Evolução no Brasil .....</b>	<b>7</b>
1.1 A ideia de um Estado Regulador .....	11
1.2 A prestação de serviço no Estado Regulador.....	16
1.3 Primeiros passos a caminho de formação das agências reguladoras.....	18
<b>2 As Agências Reguladoras .....</b>	<b>21</b>
2.1 As autarquias de regime especial no Brasil.....	22
2.2 As características da agência reguladora .....	24
2.3 Do poder normativo .....	32
2.4 Da existência de controle.....	33
<b>3 O Conselho Nacional de Justiça.....</b>	<b>37</b>
3.1 Da motivação da criação do CNJ .....	37
3.2 Da atuação do CNJ .....	45
3.3 A busca pela eficiência no CNJ .....	58
<b>4 Desenvolvimento das Atividades do CNJ.....</b>	<b>61</b>
4.1 CNJ x Agência reguladora.....	61
4.2 Etapas/requisitos do processo normativo legalmente previstos para o CNJ .....	65

4.3 Evolução de etapas no progresso do procedimento normativo .....	74
4.4 Meios no CNJ para garantia de eficácia e eficiência das Resoluções.....	77
<b>5 Necessidade de Consolidar o CNJ como Órgão Regulador de Fato e de Direito .....</b>	<b>79</b>
5.1. Da importância da classificação do CNJ como um órgão regulador .....	79
5.2 Necessidade da transparência e acesso à informação .....	81
5.3 Da importância da mensuração de dados.....	83
5.4 Da consideração da <i>accountability</i> .....	84
5.5 Das sugestões de estratégias regulatórias.....	87
5.5.1 Regulação responsiva .....	88
5.5.2 Benchmarking e regulação sunshine .....	93
5.6 A necessidade da Análise de Impacto Regulatório.....	96
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>103</b>
<b>Referências .....</b>	<b>107</b>